

## Cortar para valer

**T**ODO o debate ocorrido até aqui em torno do problema da taxa de juros, envolvendo as reuniões na Granja do Torto e as definições partidas de várias áreas do Governo, parece só ter contribuído para favorecer a tese de que o comportamento do preço do dinheiro deve acompanhar, com naturalidade, o reequilíbrio das finanças do setor público. Portanto, caindo o déficit público caem os juros, assim como também caem a correção monetária e a própria inflação.

**P**ARA TODAS as correntes da administração e do pensamento econômicos, no Brasil deste momento, o déficit público representa o grande vilão a ser atacado e destruído. A esse respeito já existe consenso, já se estabeleceu um pacto. As divergências limitam-se à estratégia do ataque, com vistas à sua maior eficiência e rapidez. Dentro de tal contexto é que se situa a controvérsia dos juros, os quais ora surgem em cena na condição de ator principal ora assumem apenas um papel coadjuvante.

**S**OFRENDO na carne os efeitos do custo do dinheiro, os empresários consideram obviamente providencial a redução das taxas de juros, a fim de se livrarem do inimigo que descapitaliza a atividade produtiva, inibe o investimento, desorganiza e deforma o processo econômico sob todos os aspectos. Mas é interessante observar como o empresário brasi-

leiro em geral está preferindo suportar mais um pouco a terrível carga contanto que a isso corresponda a aplicação de política realista, sem artifícios, de normalização dos juros. O tratamento de choque, deixando intactas as causas da distorção, não consegue mais empolgar a liderança empresarial, pois há uma exaustiva experiência demonstrando que as soluções de caráter impositivo, na matéria, agravam o desastre em vez de aliviá-lo de qualquer forma. O mercado financeiro simplesmente rejeita o corpo estranho do tabelamento e de outras medidas traduzidas no interventionismo baixista do Banco Central. Tudo ainda fica pior do que antes quando a camisa-de-força do controle oficial é retirada do mercado, a ponto inclusive de poder provocar o estouro de empresas financeiras.

**N**A AVALIAÇÃO do comportamento dos investidores no open, caso o Governo recuasse no nível de remuneração dos seus papéis, é preciso pensar em algo além do que aconteceria no primeiro mês das novas regras. Inicialmente o comprador dos títulos públicos pode se sentir sem alternativas, mas se ele continua a ver a situação do déficit público na mesma acaba procurando e encontrando outras saídas.

**O** QUE RESTA a fazer, portanto, é acionar de fato o programa de redução dos gastos governamentais, o único dos vários remé-

dios de tratamento do déficit global de caixa isento de efeitos colaterais inflacionários. Não basta ficar na retórica, na intenção do corte. Falta defini-lo, item por item, de modo que o Presidente da República tenha como decidir em cima de algo concreto, consistente e viável. O Ministro Dornelles tende a considerar aceitável um corte de 25 trilhões, em lugar de 35 trilhões de cruzeiros, pois as perspectivas favorecem uma venda maior de títulos públicos do que a prevista de 16 trilhões até o fim do ano. Dentro disso, então, que venha quanto antes o Ministro do Planejamento com a sua bagagem pronta, sem se deixar vencer pelas resistências das estatais.

**E**NQUANTO o problema não reúne a sua iluminação devida, permanecerá o impasse nas negociações com o FMI. Pois resultará em pura perda de tempo tentar iludir o FMI, e de resto no que respeita a declaração de intenções esse organismo já recolheu ensinamento suficiente do caso brasileiro para se colocar cada vez mais em guarda.

**A** LIÇÃO argentina aí está, em páginas dramáticas, indicando a inelutabilidade de uma postura racional e realista na instância da dívida externa. O Governo Alfonsín teve que saltar de um extremo a outro, obrigando-se agora a adotar medidas de "economia de guerra" em grau superlativo de rigor e de sacrifícios impostos à sociedade argentina.